


REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA SOCIEDADE CIVIL QUANTO À PARTICIPAÇÃO NO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

SOCIAL REPRESENTATIONS OF CIVIL SOCIETY REGARDING PARTICIPATION IN THE UNIVERSITY COUNCIL OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF TOCANTINS

REPRESENTACIONES SOCIALES DE LA SOCIEDAD CIVIL SOBRE LA PARTICIPACIÓN EN EL CONSEJO UNIVERSITARIO DE LA UNIVERSIDAD FEDERAL DE TOCANTINS

Karla Barbosa Klein

Doutora em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins; Mestra em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Tocantins; Graduada em Psicologia pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora e Especialista em Gestão de Pessoas pela Faculdade Católica do Tocantins. karlaklein@uft.edu.br.

 0000-0001-6974-5850

Hareli Fernanda Garcia Cecchin

Mestra em Administração Pública (PROFINIT – UFT); Especialista em Docência do Ensino Superior pela Faculdade ITOPI; Graduada em Letras - Português e Inglês pela Fundação UNIRG. tatyneves@uft.edu.br.

 0000-0003-4875-7638

Tatyane Alves das Neves Mendes Rodrigues

Doutoranda em Doutorado em Desenvolvimento Regional UFT; Mestra em Gestão de Políticas Públicas - GESPOL UFT, Especialista em Gestão Pública (FAEL), Graduada em Administração (UFT). nathanni@uft.edu.br.

 0000-0002-5832-3481

Recebido em: 12.01.2023.

Aceito em: 16.03.2023.

Publicado em: 12.03.2023.

RESUMO:

A presente pesquisa tem como objetivo identificar as representações sociais presentes nos discursos de representantes da sociedade civil no tangente à participação de tal categoria no Conselho Universitário da Universidade Federal do Tocantins (UFT). A análise dos dados ocorreu por meio do método do Discurso do Sujeito Coletivo, construído através das expressões-chave e suas correspondentes ideias centrais e ancoragens. Da análise surgiram representações que a participação em conselhos é uma oportunidade de propor demandas que auxiliem a sociedade, bem como que muitos participantes não se dedicam, não são assíduos às reuniões, evidenciou-se o pouco preparo de alguns para participar e que há conselhos que nem sempre funcionam na prática. Identificou-se representações sobre a importância da UFT e de se ter bom preparo para participar das reuniões do Conselho Universitário, oportunidade de levar pautas da sociedade para a Universidade, de conhecer a UFT, bem como de auxiliar na tomada de decisões.

PALAVRAS-CHAVE: Representação Social; Participação; Sociedade Civil; Conselho Universitário.

Introdução

A Constituinte de 1988 trouxe à luz a questão da sociedade democrática, ao propiciar a participação popular na formulação e gestão de certas políticas, com o intuito de auxiliar o poder estatal na tomada de decisões.

A sociedade democrática é aquela em que ocorre a participação dos indivíduos nos mecanismos de controle das decisões, desde formulação e gestão de políticas sociais, havendo, portanto, participação popular nos rendimentos da produção (Vieira, 1992).

Coadunando com tal ideia, o Art. 3.º, da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Brasil, 1996), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, explicita acerca

da gestão democrática no ensino público, sendo esta uma forma de minimizar problemáticas relativas à centralização, desvio e abuso de poder, prezando pela participação dos entes envolvidos no processo.

Por conseguinte, o Art. 56 da Lei 9.394/96 (Brasil, 1996) veio corroborar com a prerrogativa exposta no Art. 3.º da mesma Lei quando expõe que as Instituições Públicas de Ensino Superior deverão seguir os princípios da gestão democrática, com a participação dos segmentos da comunidade institucional, local e regional nos órgãos colegiados deliberativos (Brasil, 1996).

Assim, a gestão universitária de instituições públicas deve se pautar, segundo a Lei 9.394/96, pela gestão democrática, garantindo a participação dos interessados nos processos decisórios.

Chauí (2003) expõe que a universidade está deixando de ser uma instituição social e passando a ser uma organização social. Na concepção da autora, a organização social objetiva atender às exigências do mercado, enquanto a instituição social busca atender às demandas da sociedade, fazendo desta participante ativa no processo.

Nesse cerne, quando a instituição viabiliza formas para que a participação ocorra, a sociedade se faz pertencente e passa a ter uma maior compreensão sobre o ambiente institucional universitário e suas relações internas e externas, tendo um maior embasamento para participar criticamente do processo, prezando pela democracia participativa e a consequente gestão democrática (Chauí, 2003).

Ressalta-se que Com relação à participação da sociedade civil, o Estatuto/UFT (Brasil, 2015) traz que esta acontece por meio do Conselho de Desenvolvimento da UFT (Conduft), órgão consultivo cuja finalidade é estabelecer uma relação mais direta com a sociedade e promover o desenvolvimento da UFT e do Estado do Tocantins, cuja composição é feita por: representante do setor industrial do Estado do Tocantins; do setor de comércio e serviços; do setor agropecuário do Estado; das pequenas e microempresas; da imprensa; do Governo do Estado; do Legislativo do Tocantins; do Sindicato dos Trabalhadores; do fórum dos movimentos sociais; representante dos discentes; dos docentes e dos técnicos administrativos.

O problema central desta pesquisa se consolida na seguinte questão: Quais são as representações sociais da sociedade civil quanto à participação no Conselho Universitário da Universidade Federal do Tocantins, tendo em vista o processo de gestão democrática que o ambiente institucional preconiza?

De um modo geral, a pesquisa buscou identificar quais representações sociais estão presentes nos discursos da sociedade civil quanto à participação no Conselho

Universitário da Universidade Federal do Tocantins, tomando como base a Teoria da Representação Social (TRS) descrita por Moscovici (2011).

Especificamente se buscou identificar os Discursos do Sujeito Coletivo (DSC) de entidades da sociedade civil quanto à participação de entidades da sociedade civil em conselhos/comissões; e identificar os DSC de entidades da sociedade civil quanto à respectiva participação no Conselho Universitário da UFT.

Gestão democrática da educação

A gestão democrática da educação pública é uma das conquistas provenientes da luta dos movimentos pela educação em nosso país. Ela foi determinada na Constituição de 1988 (Brasil, 1988), em seu Art. 206; regulamentada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDBEN/1996) em seu Art. 3º (Brasil, 1996); e ratificada no Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024.

Mendonça (2001) aponta que a democracia relacionada à gestão educacional se refere ao ensino de qualidade e à participação democrática na gestão das unidades escolares e dos sistemas de ensino.

Com relação a essa participação democrática, o autor expõe que na gestão das instituições públicas de educação superior é assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, dos quais devem participar os segmentos da comunidade institucional, local e regional.

Chauí (2003) define a universidade pública como uma ação social:

Uma prática social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais e estruturada por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela (Chauí, 2003, p. 5).

Para a autora, a universidade “exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo” (Chauí, 2003, p. 5). Assim, podem ser percebidas opiniões, atitudes e projetos conflitantes, assemelhando-se ao encontrado na sociedade.

Nesse sentido, a complexidade do novo contexto democrático, a partir da década de 1980, exigiu do Estado a renovação de ações, de modo a acompanhar as transformações na organização da sociedade. E isto, segundo Barroso (2005), também ocorreu na área educacional, em que se percebeu uma multiplicação de instâncias e momentos de decisão, uma diversificação de formas de associação no interior dos espaços públicos e um envolvimento de maior número de atores.

Carvalho (2013) descreve que a participação da comunidade universitária no processo de gestão, no início do século XXI, está se constituindo em uma problemática de múltiplas determinações. Estas condicionam as políticas públicas educacionais e afetam a participação dos membros da comunidade universitária.

Tal autor aponta que “o entendimento da participação na universidade pública brasileira passa pela compreensão da forma como o poder historicamente tem-se estruturado no seu interior e como a autonomia e a democratização aí se constituíram” (Carvalho, 2013, p. 355).

Carvalho (2013) afirma que as nuances de ordem neoliberal na área da educação têm assolado a dimensão política das Universidades Públicas em aspectos de natureza técnica, assim, segundo o autor, as questões de ordem político-sociais são transformadas em questões de natureza técnico-instrumentais.

Em virtude disso, as instituições procedem a um “discurso que dá à participação o sentido do agir individual na definição dos objetivos e métodos educacionais operacionais, transmitindo a sensação de democracia, escolha e participação” (Carvalho, 2013, p. 356).

Sabe-se que muito há o que se evoluir em termos de gestão democrática, conforme nos mostra Dourado (2008, p. 79):

convivemos com um leque amplo de interpretações e formulações reveladoras de distintas concepções acerca da natureza política e social da gestão democrática e dos processos de racionalização e participação, indo desde posturas de controle social (qualidade total) até perspectivas de participação efetiva, isto é, participação cidadã (Dourado, 2008, p. 79).

Entretanto, mesmo com tais dificuldades, “se estamos tentando fazer uma teoria política nova, uma democracia radical de alta intensidade, sabemos que isso será somente por meio da democratização de todos os espaços” (Santos, 2007, p. 62).

Nesse sentido, buscar uma participação efetiva da sociedade civil nos cenários de gestão das Universidades é uma forma de trazer essa sociedade, que é o público-alvo da Instituição, para dentro dessa Instituição, dando-lhe oportunidade de explicar com o intuito de se fazer presente na tomada de decisões.

Seguindo tal raciocínio, este trabalho se baseou na Teoria da Representação Social com o intuito de identificar as ideias ou representações sociais presentes nos discursos dessa sociedade civil, dando voz ao público-alvo.

Teoria da Representação Social

A Teoria da Representação Social (TRS), iniciada por Serge Moscovici na década de 1960 (Moscovici, 2011), vem sendo perpetuada por autores como Jodelet (2001), Guareschi e Jovchelovitch (2010) e Spink e Medrado (2013). Entretanto, a ideia de representação não é nova, sendo Durkheim considerado o criador e organizador deste conceito no campo da Sociologia, mantendo, no entanto, a oposição entre representações coletivas e individuais (Jodelet, 2001).

A TRS propõe romper a dicotomia existente entre o social e o individual, evidenciando o conhecimento que cada um traz como produção essencial para a compreensão das vertentes sociais. Segundo Jodelet (2001), o estudo das Representações Sociais (RS) permite integrar na análise a pertença e a participação, sociais ou culturais do sujeito.

Assim, a gênese das RS sugere que elas se desenvolvam nas relações sociais, ao passo que procedem à mediação das relações dos sujeitos com o mundo (Jodelet, 2001).

Embora não exista uma definição que esgote o significado de representação social, podemos entendê-la como um saber sobre um determinado objeto social que é elaborado a partir das interações do cotidiano, e que, dentre outras funções, guiam as práticas dos sujeitos em relação ao objeto representado (Abric, 1998; Jodelet, 2001).

Vala (2004) expõe que as RS são consideradas teorias do senso comum, construções de sentido da realidade, que nos ajudam a compreender e atuar no mundo em que vivemos.

Spink (2002), por sua vez, diz que a representação social implica a expressão de um sujeito sobre um objeto social relacionado a determinado grupo. Dessa forma, no processo de construção das RS, o passado e o presente se relacionam, assim como o social e o individual.

Moscovici (2011) aponta que as RS devem ser vistas como uma maneira de compreender e comunicar o conhecimento que cada um carrega consigo. Elas funcionam para que se possa interpretar a realidade, atuando nas relações estabelecidas pelos indivíduos no meio em que estão inseridos, com o propósito de auxiliar nos respectivos comportamentos e práticas.

As RS são esquemas sociocognitivos que as pessoas utilizam para emitir juízos ou opiniões. Esses precisam ser reconstituídos através de pesquisas sociais que comportem as dimensões qualitativa e quantitativa (Lefèvre & Lefèvre, 2010).

Segundo Rosa e Andriani (2002), a TRS se enquadra em uma área da Psicologia chamada sócio-histórica, guiada por uma concepção materialista-dialética que recupera a história do indivíduo e suas relações sociais.

A presente pesquisa se caracteriza como exploratório-descritiva de cunho quali-quantitativo, de acordo com os procedimentos de coleta e análise de dados, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, entrevista semiestruturada e técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) para análise dos dados.

O estudo foi embasado por referencial teórico sob a ótica de autores que enfocam sobre participação, democracia participativa e gestão democrática universitária, tais como Poz (2003), Franco e Morosini (2011), Chenow (2006), Catani e Oliveira (2000) e Franco e Longhi (2009), entre outros.

As entrevistas foram realizadas no período de novembro/2018 a janeiro/2019, nas cidades-sede de câmpus da Universidade Federal do Tocantins.

Para análise dos dados, a pesquisa utilizou a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), baseado na Teoria da Representação Social.

O DSC é um instrumento de pesquisa de abordagem quali-quantitativa que fora desenvolvido na Universidade de São Paulo (USP), no final da década de 90, pelos Professores Fernando e Ana Maria Lefèvre, e tem como fundamento a Teoria da Representação Social (Lefèvre & Lefèvre, 2010).

Nesse cerne, diferentes pensamentos e modos de se perceber situações, objetos, procedimentos e relações são traduzidos por diferentes tipos de discursos, denominados de Discursos do Sujeito Coletivo (DSCs) (Lefèvre & Lefèvre, 2012).

O DSC é uma técnica de construção do pensamento coletivo que visa a revelar como as pessoas pensam, atribuem sentidos e manifestam posicionamentos sobre determinado assunto. Discurso seria todo posicionamento argumentado. O Discurso do Sujeito Coletivo é um espelho da coletividade, de um determinado grupo (Lefèvre & Lefèvre, 2005).

O DSC, assim, torna-se um discurso-síntese, fruto dos fragmentos de discursos individuais reunidos por similaridade de sentidos. Tal discurso, formulado na primeira pessoa do singular, é elaborado pelo pesquisador.

Para a produção propriamente do DSC, Lefèvre et al. (2002) descreve algumas figuras metodológicas, a saber:

- a) Expressões-chave: trechos do discurso que formam descrições literais dos depoimentos, revelando a essência do conteúdo das representações. As expressões-chave são parte fundamental da análise e constituem os recortes do discurso a ser analisado.
- b) Ideia central: expressão linguística contida em determinada expressão-chave que revela e descreve, usando as palavras do entrevistado, de maneira sintética e precisa, o sentido presente nos depoimentos, sem nuances interpretativas por

parte do pesquisador. Pode-se haver mais que uma ideia central numa mesma fala, o que faz com que todas elas sejam consideradas e analisadas separadamente no processo de categorização.

- c) Acoragens: manifestação de uma ideologia, crença ou teoria que os autores do discurso acreditam. É uma afirmação genérica de quem fala para enquadrar uma situação específica. Nem sempre estão presentes nos discursos.
- d) Discurso do Sujeito Coletivo: processo final da técnica que consiste na elaboração da síntese. Utilizando discurso redigido na primeira pessoa do singular, expressões-chave que apresentam ideias centrais ou ancoragens semelhantes ou não agrupadas são reunidas.

Ao utilizar o DSCsoft para a tabulação dos dados, têm-se dois instrumentos: Instrumento de Análise de Discurso 1 (IAD 1) e o Instrumento de Análise de Discurso 2 (IAD 2).

O IAD 1 é uma tabela para se fazer a tabulação das Expressões Chave (EChs), da descrição das Ideias Centrais (ICs) e das Acoragens (ACs) correspondentes às EChs, e, por fim, para agrupar as ICs e/ou ACs com significados semelhantes ou complementares ou as não agrupadas. Para cada pergunta norteadora, preenche-se um IAD1.

Já o IAD 2, constitui-se como uma tabela para auxiliar na elaboração do DSC com amparo nas EChs de cada Ideia central (IC) e/ou Acoragem (AC) registradas no IAD1.

Complementando toda a análise qualitativa, a técnica do DSC traz dois atributos quantitativos: intensidade/força e amplitude (Lefèvre et al., 2002).

A intensidade se refere ao número ou percentual de indivíduos cujas EChs correspondentes às ICs e/ou ACs semelhantes e/ou complementares integram determinado DSC.

Já a amplitude permite ao pesquisador conhecer o grau de compartilhamento das representações sociais entre a população pesquisada num determinado campo social (Lefèvre et al., 2002).

Para a coleta dos dados acerca dos discursos dos representantes de entidades da sociedade civil, utilizou-se a técnica da entrevista semiestruturada com questões abertas que proporcionaram a coleta das informações discursivas.

Foram escolhidos 20 representantes de entidades presentes nas cidades-sede de câmpus da Universidade, a saber: Palmas, Gurupi, Araguaína, Porto Nacional, Miracema do Tocantins, Arraias e Tocantinópolis.

Dos 20 listados, 10 se dispuseram a participar, sendo 1 de Araguaína, 1 de Gurupi, 1 de Arraias, 1 de Porto Nacional, 1 de Miracema do Tocantins, 1 de Tocantinópolis e 4 de Palmas.

As questões serão analisadas por meio do DSC, obedecendo as etapas preestabelecidas, conforme Lefèvre et al. (2002), e processadas com o auxílio do software DSCsoft, que permite o processamento de dados para a análise de recortes discursivos através da criação de um banco de dados que filtra os discursos e os compara (Lefèvre & Lefèvre, 2012).

Do final da década de 90 até hoje, uma massa significativa de trabalhos de várias ordens atestou o vigor e a eficiência da metodologia de Análise do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) para dar conta de toda ordem de problemas e temas em que estiver envolvida a opinião de coletividades. O DSC é uma metodologia de preparo ou processamento da matéria-prima dos depoimentos para que, sobre essa matéria-prima preparada, que revela o que pensam as coletividades, possa ser exercida toda a força capaz de dar conta do porque pensam assim as coletividades pesquisadas. Isto significa que para entender o que as coletividades pensam é preciso descrever esse pensamento e interpretá-lo, ou, mais precisamente, primeiro descrevê-lo, para depois interpretá-lo, e que uma coisa não é possível sem a outra (Lefèvre & Lefèvre, 2005, p. 7-8).

Lefèvre e Lefèvre (2005) expõem que a técnica consiste em analisar o material coletado em pesquisas que têm depoimentos como essência, de forma que de cada um dos depoimentos são retirados as ideias centrais e/ou ancoragens e suas correspondentes expressões-chave.

Com as ideias centrais/ ancoragens e expressões-chave semelhantes ou não agrupados são formados um ou vários discursos-síntese denominados de Discursos do Sujeito Coletivo. Assim, conforme Lefèvre e Lefèvre (2005), o DSC corresponde a uma técnica de pesquisa qualitativa criada para fazer a coletividade falar como se fosse um único indivíduo, como exposto nas etapas abaixo.

Na primeira etapa foi realizado o cadastro dos entrevistados no DSCsoft e transcrição integral das respostas para a coluna 1 do IAD 1, preenchendo um IAD 1 para cada participante. Na segunda etapa destacou-se as EChs das respostas, bem como parte(s) que represente(m) as ICs dessa ECh, bem como as ACs, se existentes.

Identificou-se, na terceira etapa, as ICs do que foi destacado nas EChs na etapa anterior, nomeando cada uma com uma expressão e/ou frase concisa que a descreva. As identificações das ICs foram colocadas na segunda coluna do IAD 1, bem como as ACs na terceira coluna do IAD 1. Oportuno ressaltar que em uma ECh podem ser encontradas mais de uma IC e mais de uma AC, ao passo que pode não ser encontrada nenhuma AC em uma ECh. Na quarta etapa, identificou-se as ICs, agrupando as que tinham significados semelhantes ou complementares. Atribuiu-se um código (A, B, C...) para cada IC não agrupada e outro para cada IC que denotava significados semelhantes ou complementares. Na quinta etapa as ICs agrupadas sob o mesmo código por terem

significados semelhantes ou complementares foram redefinidas com uma nova frase concisa que, da melhor forma possível, expressasse todas as ICs que formavam um mesmo grupamento. Como se fossem criadas ICs para reagrupar EChs cujas ICs indicavam significados semelhantes ou complementares. Estas ICs codificadas são as representações sociais dos sujeitos participantes da pesquisa, objeto de estudo desta pesquisa. Por fim, a sexta etapa foi o momento de construção do DSC. Passa-se a utilizar o IAD 2. Foi feito um DSC para cada IC codificada. Esse passo foi constituído de duas etapas. Na primeira, para elaborar o DSC, foram transcritos para a primeira coluna do IAD 2 trechos das EChs formadas pelas partes destacadas das EChs da primeira coluna do IAD 1. Na segunda, foi construído o DSC na segunda coluna do IAD 2, correspondente a cada IC codificada.

Para se construir o DSC, foi montada uma estrutura textual coerente, seguindo do mais geral para o particular com a introdução de conectivos para dar fluidez e coesão ao discurso do sujeito coletivo.

Perfil dos sujeitos da pesquisa

As características dos sujeitos da pesquisa foram descritas no Quadro 1. Estes foram identificados pela codificação REP, de representante, seguido de numeração que indica a ordem das entrevistas.

Quadro 1 Perfil dos sujeitos da pesquisa

Sujeito	Sexo	Idade	Grau de Escolaridade	Tempo de trabalho na entidade (Anos completos)
REP01	masculino	39	Graduação completa	5 anos
REP02	masculino	44	Graduação completa	7 anos
REP03	feminino	39	Graduação completa	8 anos
REP04	masculino	52	Graduação completa	11 anos
REP05	masculino	37	Graduação incompleta	4 anos
REP06	masculino	48	Graduação completa	7 anos
REP07	masculino	51	Graduação completa	10 anos
REP08	feminino	38	Graduação completa	6 anos
REP09	masculino	42	Graduação completa	5 anos
REP10	masculino	34	Graduação incompleta	3 anos

Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa de campo.

Com base no Quadro 1, vê-se que oito sujeitos da pesquisa são do sexo masculino e dois do feminino, com idades entre 34 e 52 anos. Quanto ao grau de escolaridade, oito têm graduação completa e dois graduações incompleta, os quais são os mais novos do

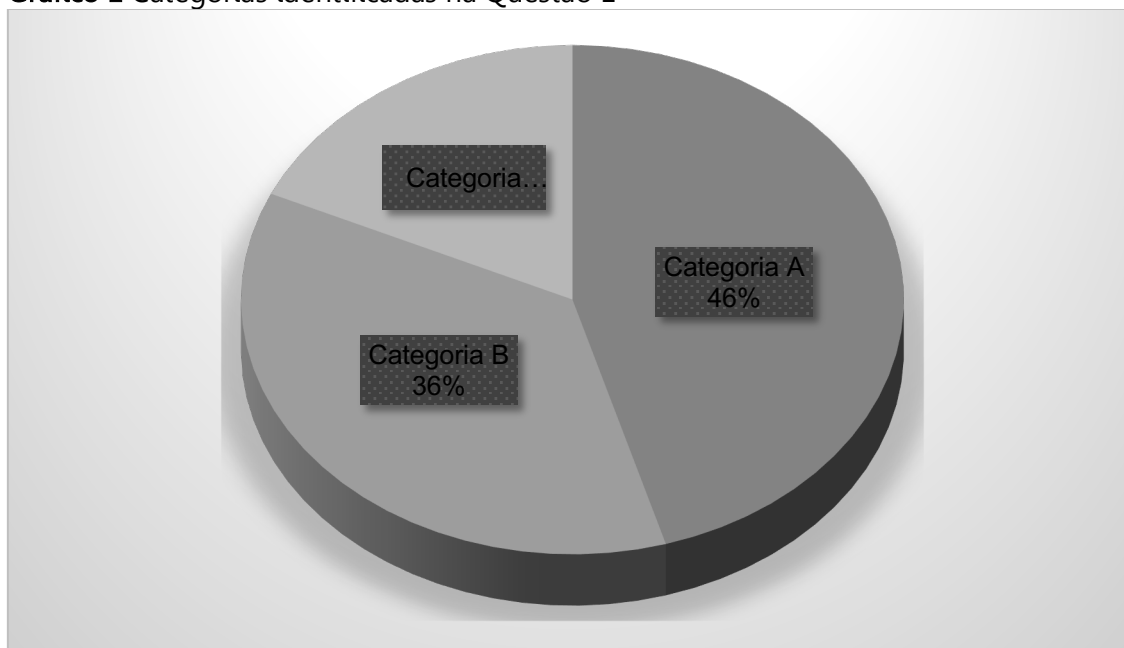
grupo. Com relação ao tempo em que estão na entidade, este varia de 3 a 11 anos, sendo o menor tempo (3 anos) para o mais jovem do grupo e o maior tempo (11 anos) para o com maior idade.

Análises e Resultados

Com o intuito de atender ao segundo objetivo da pesquisa: “Identificar os discursos do sujeito coletivo de entidades da sociedade civil quanto à participação de entidades da sociedade civil em conselhos/comissões”, fora elaborada a seguinte questão: Como você vê a participação de entidades da sociedade civil em conselhos/comissões?

De tal questionamento, após análise das EChs, as ICs foram divididas em três categorias/representações sociais: Momento de levar demandas da sociedade (Categoria A); Falta de compromisso com as reuniões (Categoria B); Falta de atividade dos conselhos (Categoria C).

Gráfico 1 Categorias identificadas na Questão 1



Fonte: Elaborado pela autora.

Como se vê, a Categoria A “Momento de levar demandas da sociedade” teve 50% das ICs, as quais foram proferidas pelos sujeitos REP01, REP04, REP06, REP07, REP08, REP09.

Já com relação à Categoria B “Falta de compromisso com as reuniões”, tem-se a presença de 40% das ICs, sendo explicitadas pelos sujeitos REP01, REP02, REP03, REP04, REP05, REP08, REP10.

Por último, tem-se a Categoria C “Falta de atividade dos conselhos” com 10% de ICs, sendo citada pelo sujeito REP03, enquadrando-se como IC não agrupada.

Nesta primeira questão, obteve-se apenas uma AC, proferida pelo sujeito REP01, relativa à Categoria B, ao falar sobre a falta de participação das pessoas nas reuniões, explícita a teoria de que “o brasileiro reclama de tudo”.

Quadro 2 Ancoragem presente na Questão 1

Categoria	Sujeito	ECh	AC
B	REP01	(...) lembro de um dia... participei de uma reunião que parecia piada quando cheguei. Acredita que só tinha uma pessoa? O presidente do conselho. Comigo ficou duas. O brasileiro reclama de tudo, mas na hora de participar não colabora (...)	O brasileiro reclama de tudo.

Fonte: Elaborado pela autora.

Com base nas ICs referentes à Questão 1, chegou-se às três categorias/representações. Na sequência, têm-se as ICs de cada categoria com o respectivo DSC.

Quadro 3 Ideias Centrais e DSC relativos à Categoria A da Questão 1

Pergunta: Como você vê a participação de entidades da sociedade civil em conselhos/comissões?” Categoria/Representação Social: Momento de levar demandas da sociedade (A).	
Ideias Centrais	Discurso do Sujeito Coletivo
Mudar a vida das pessoas. Ajudar no que determinado grupo esteja precisando. Propiciar debates. Propor mudanças. Dar voz ao povo.	É a oportunidade de propor melhorias, novas formas de ver as questões. Muitos conselhos são sérios e resolvem as coisas. É a hora que temos para levar pautas que possam fazer a diferença na vida das pessoas e nas nossas. Ajudar em algo que determinado grupo... em determinado assunto estejam precisando. Sendo uma forma de participação atuante, com responsabilidade, querendo fazer a diferença. Propor melhorias para tentar diminuir problemas. Isso faz com que os conselhos sejam momentos de mudança, de debate, sempre em busca de resolver questões para o bem da sociedade. Assim é uma oportunidade de dar voz ao povo. Momento de propor mudanças que ajudem a sociedade em geral, mesmo a gente representando determinado grupo, mas o conselho tem o propósito maior. Deve se expor questões que atendam ao maior número de pessoas, da sociedade em si. Tá tudo tão difícil nas nossas vidas. Vejo os conselhos assim. Possibilidades de mudança. De levar propostas para melhorar as coisas. Quem tem oportunidade de participar nos conselhos, tem que fazer. Tem que buscar debater, propor, para chegar a essas mudanças que tanto queremos. Poxa, é questão de ter boa vontade e representar de verdade as pessoas da

	<p>sociedade que confiaram em uma entidade para representar eles.</p> <p>Todos podem ajudar, mas eu fui escolhido para representar um grupo, então tenho que levar o que eles querem, lutar para maiores benefícios. Debates geram mudanças. Eu ouço, eu falo, o outro ouve, fala, e por aí vai.</p>
--	--

Fonte: Elaborado com base nos depoimentos dos sujeitos REP 01, 04, 06, 07, 08, 09.

A categoria A “Momento de levar demandas da sociedade” foi codificada por meio de cinco ICs, equivalente a 50% das ICs da categoria. Citou-se sobre mudar a vida das pessoas, ajudar no que determinado grupo esteja precisando; propiciar debates; propor mudanças; dar voz ao povo.

O DSC criado por meio dessas ICs nos mostra um discurso otimista, em que os representantes das entidades da SC acreditam que participar de Conselhos/comissões pode ser uma oportunidade de mudança real, de otimismo frente às questões que podem conseguir com a participação ativa.

Quadro 4 Ideias Centrais e DSC relativos à Categoria B da Questão 1

<p>Pergunta: Como você vê a participação de entidades da sociedade civil em conselhos/comissões?”</p> <p>Categoria/Representação Social: Falta de compromisso com as reuniões (B).</p>	
Ideias Centrais	Discurso do Sujeito Coletivo
<p>Ausência às reuniões.</p> <p>Prejuízo ao andamento das atividades.</p> <p>Necessidade de quórum.</p> <p>Falta de embasamento sobre as pautas e sobre o Conselho.</p>	<p>Tem reuniões que os representantes não sabem nem a pauta a ser discutida no dia. Isso eu digo quando vão por que tem gente que falta mais do que tudo. Lembro de um dia...particpei de uma reunião que parecia piada quando cheguei. Acredita que só tinha uma pessoa? O presidente do conselho. Comigo ficou duas. O brasileiro reclama de tudo, mas na hora de participar não colabora. Esperamos um pouco mais e fomos embora. A gente tem boa vontade, mas o outro não. Aquilo desanima. As pessoas mostram total despreparo às vezes. Se fazem presentes, mas só para dizer. Só para registrar presença, porque não contribuem, infelizmente é assim às vezes. Ficam caladas e ponto. Estão ali, mas não estão ajudando em nada, buscando nada de mudanças. A participação não ocorre de fato nos momentos que têm que acontecer. Pessoas que só estão por estar nos lugares, o que é uma pena, um desrespeito. Não procuram saber dos assuntos. Nem das pautas do dia. Chegam nas reuniões e simplesmente não sabem por que estão ali. Para participar desses momentos a gente tem uma responsabilidade a cumprir. Temos que estar preparados e embasados sobre as questões a serem tratadas naquele momento. Senão como vou discutir, debater sobre os assuntos? Fica sendo algo falso. Vai saber se não era a hora de determinada mudança e por causa de falta de vontade nada acontece. Já vi muita coisa melhorar por causa de decisões tomadas nos conselhos. Vejo muito isso.</p>

Fonte: Elaborado com base nos depoimentos dos sujeitos REP 01, 02, 03, 04, 05, 08, 10.

A categoria B “Falta de compromisso com as reuniões” foi codificada por meio de quatro ICs, equivalente a 40% das ICs da categoria. Falou-se sobre ausência às reuniões; prejuízo ao andamento das atividades; necessidade de quórum; falta de embasamento sobre as pautas e sobre o Conselho.

O DSC criado por meio dessas ICs nos mostra a preocupação que sete dos dez representantes expuseram com relação à falta de compromisso com as reuniões dos Conselhos/comissões. Com isso, eles ressaltaram que a falta de quórum prejudica o andamento das atividades, que ficam paradas pela falta dos conselheiros. Além disso, foi ressaltada a falta de embasamento sobre as pautas a serem discutidas nas reuniões, bem como sobre o próprio Conselho.

Quadro 5 Ideias Centrais e DSC relativos à Categoria C da Questão 1

Pergunta: Como você vê a participação de entidades da sociedade civil em conselhos/comissões?	
Categoria/Representação Social: Falta de atividade dos conselhos (C).	
Ideias Centrais	Discurso do Sujeito Coletivo
Conselhos que não atuam na prática. Apenas cumprimento da legislação.	Têm conselhos que existem só por existir. Até tem pessoas que compõem e que querem ajudar, mas o conselho só existe por causa da legislação, para cumprir tabela. Isso é triste. Uma verdadeira enganação. Pensa só... você vai para determinada reunião que vira uma simples conversa. Não há debates, nem nada. Tudo pura enrolação.

Fonte: Elaborado com base no depoimento do sujeito REP 03.

A categoria C “Falta de atividade dos conselhos” foi codificada por meio de duas ICs, equivalente a 10% das ICs da categoria. Abordou-se sobre os conselhos que não atuam na prática, os quais servem apenas para cumprimento da legislação.

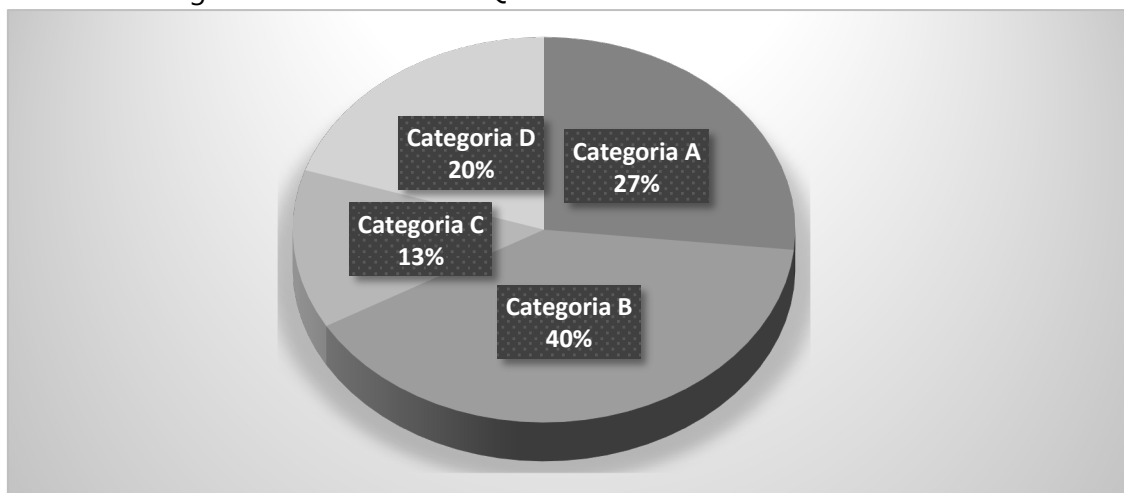
O DSC criado por meio dessas ICs nos mostra o desânimo do REP 03 com tal situação. Por meio das respostas, ele expôs que muitas vezes as reuniões são apenas conversas, nas quais não se debate nada. Cita que há pessoas querendo participar, mas as reuniões, por vezes, são pura enganação, fato que desanima os interessados.

Com o intuito de atender ao terceiro objetivo da pesquisa: “Identificar os discursos do sujeito coletivo de entidades da sociedade civil quanto à respectiva participação no Conselho Universitário da UFT”, fora elaborada a seguinte questão: Qual sua opinião sobre a participação de entidades da sociedade civil no Conselho Universitário da UFT?

De tal questionamento, após análises das EChs, as ICs foram divididas em quatro categorias/representações sociais: Importância da UFT (Categoria A); Oportunidade de

levar pautas e ajudar na tomada de decisões (Categoria B); Conhecer a UFT (Categoria C); Preparo para participar das reuniões (Categoria D).

Gráfico 2 Categorias identificadas na Questão 2



Fonte: Elaborado pela autora.

Como se vê, a Categoria B "Oportunidade de levar pautas e ajudar na tomada de decisões" teve 40% das ICs, as quais foram proferidas pelos sujeitos REP01, REP02, REP03, REP04, REP05, REP06, REP07, REP09, REP10.

Já com relação à Categoria A "Importância da UFT", tem-se a presença de 27% das ICs, sendo explicitadas pelos sujeitos REP01, REP02, REP03, REP04, REP07, REP09, REP10.

A Categoria D "Preparo para participar das reuniões" apresenta 20% das ICs, citadas pelos sujeitos REP05, REP07, REP08.

Por último, a Categoria C "Conhecer a UFT" traz 13% das ICs relativas à Questão 2, proferidas pelos sujeitos REP02, REP03, REP05, REP06, REP08, REP09.

Nesta questão, não se observou presença de AC nas respostas.

Com base nas ICs referentes à Questão 2, chegou-se às quatro categorias/representações. Na sequência, têm-se as ICs de cada categoria com o respectivo DSC.

Quadro 6 Ideias Centrais e DSC relativos à Categoria A da Questão 2

Pergunta: Qual sua opinião sobre a participação de entidades da sociedade civil no Conselho Universitário da UFT?	
Categoria/Representação Social: Importância da UFT (A).	
Ideias Centrais	Discurso do Sujeito Coletivo
Local de estudo dos filhos/netos. Organização que forma cidadãos. Representatividade no estado/municípios.	Eu vejo que a UFT representa muito. Meus filhos estudam lá. Quero que meus netos também estudem. Ela é uma universidade que trabalha para a formação de cidadãos. Tem muita representatividade no estado do

Ajuda no desenvolvimento das cidades.	Tocantins e nos municípios. Ajuda no desenvolvimento das cidades, do estado porque vêm muitos alunos morar por causa dos cursos. Nossos filhos não precisam sair daqui para estudar, estudam aqui mesmo. Hoje podemos ver gente se formando na cidade que nasceu sem precisar ir para Goiânia, Brasília ou Palmas. Forma aqui mesmo. Isso é gratificante. A UFT é uma instituição que tem muita responsabilidade social. Ela forma cidadãos que com seus trabalhos desenvolvem suas vidas e dos lugares onde estão.
---------------------------------------	---

Fonte: Elaborado com base nos depoimentos dos sujeitos REP01, REP02, REP03, REP04, REP07, REP09, REP10.

A categoria A “Importância da UFT” foi codificada por meio de quatro ICs, questões sobre o fato de a UFT ser o local de estudo dos filhos/netos; organização que forma cidadãos; representatividade no estado/municípios; ajuda no desenvolvimento das cidades.

O DSC criado por meio dessas ICs nos mostra a importância que os representantes creditam à UFT. Além da importância de cunho pessoal, como lugar de estudo de familiares, bem como a responsabilidade da instituição em formar cidadãos, o DSC mostrou que a UFT tem papel fundamental em relação ao desenvolvimento socioeconômico do Estado do Tocantins, bem como dos municípios onde tem câmpus.

Quadro 7 Ideias Centrais e DSC relativos à Categoria B da Questão 2

Pergunta: Qual sua opinião sobre a participação de entidades da sociedade civil no Conselho Universitário da UFT?	
Categoria/Representação Social: Oportunidade de levar pautas e ajudar na tomada de decisões (B).	
Ideias Centrais	Discurso do Sujeito Coletivo
<p>Levar pautas para as reuniões.</p> <p>Ajudar na tomada de decisões.</p> <p>Participar de discussões.</p> <p>Participar da escolha de cursos para a cidade.</p> <p>Ouvir a comunidade externa.</p> <p>Buscar soluções para os problemas.</p>	<p>Hoje em dia muitos órgãos têm seus conselhos e chamam outros órgãos e entidades para participar deles. Acho importante isso porque outros são ouvidos, votam, expõem opiniões. Na UFT não deve ser diferente. A universidade deve ouvir além dos que lá estão, também representantes da sociedade civil, porque a gente pode ajudar a decidir certos pontos. E também levar nossas solicitações para que sejam votadas.</p> <p>Levamos demandas, analisamos demandas e tentamos buscar soluções para problemas, isso em conjunto tendo oportunidade de participar. É sempre bom ser ouvido e ouvir, aprendemos muito com isso. Outra coisa importante é que nas escolhas dos cursos a gente pode opinar para que venha um curso que forme profissionais que ajudem no desenvolvimento da nossa cidade.</p>

	<p>Na época que criou novo curso, muitos questionaram por que ser tal curso e não outro. Talvez o povo daqui não foi ouvido. E certo curso não ser tão importante para o município. Por isso é importante ter essa representação lá, já que falaríamos o que é importante para a cidade.</p> <p>A participação da sociedade civil com assento no conselho maior ajudaria a mostrar o que a sociedade pensa e quer. Creio que seria uma boa para a gestão de lá. É mais fácil propor as coisas quando se sabe o que os outros querem. Quando as pessoas podem expor o que querem, fica mais democrático o negócio. Uns propõem, votam, debatem e resolvem o que fazer. A sociedade tem que estar envolvida no que traz para ela consequências boas e ruins.</p> <p>É como se a universidade falasse que quer nos ouvir, que podemos levar solicitações, que podemos ajudar em questões de lá.</p> <p>As representações levarão os anseios, as solicitações desta sociedade para a universidade e da mesma forma poderá ajudar com outro olhar. O olhar de fora é sempre muito bom e muitas vezes não é notado.</p>
--	---

Fonte: Elaborado com base nos depoimentos dos sujeitos REP01, REP02, REP03, REP04, REP05, REP06, REP07, REP09, REP10.

A categoria B “Oportunidade de levar pautas e ajudar na tomada de decisões” foi codificada por meio de seis ICs, equivalente a 40% das ICs da categoria. Nove dos dez representantes abordaram questões sobre a possibilidade de levar pautas para as reuniões; ajudar na tomada de decisões; participar de discussões; participar da escolha de cursos para a cidade; ouvir a comunidade externa; buscar soluções para os problemas.

O DSC criado por meio dessas ICs remeteu a informações sobre o processo de participação propriamente dito. Foi a categoria que mais gerou ICs relativas à Questão proposta. O DSC mostrou que os representantes trazem ICs sobre participação ativa por meio da propositura de demandas, ajuda na tomada de decisões, sobre participar da escolha de cursos da Universidade para o câmpus de sua cidade. Citou-se, também, sobre o quão é importante ouvir a comunidade externa, buscando soluções para os possíveis problemas.

Quadro 8 Ideias Centrais e DSC relativos à Categoria C da Questão 2

Pergunta: Qual sua opinião sobre a participação de entidades da sociedade civil no Conselho Universitário da UFT?	
Categoria/Representação Social: Conhecer a UFT (C).	
Ideias Centrais	Discurso do Sujeito Coletivo

<p>Possibilidade de ajudar a UFT.</p> <p>Aprender sobre o funcionamento da Universidade.</p>	<p>Quando participa assim em conselhos tem que entender o que se passa. Temos que conhecer a UFT para que a gente cresça em conhecimento.</p> <p>E nós íamos conhecer a UFT, tudo que envolve o conselho. Seria muito bom isso. Participar faz com que a gente conquiste informações que são conhecimentos para nós, conhecer como funcionam os órgãos e poder falar com certeza.</p> <p>Creio que dá para a gente ajudar sim e também aprender mais sobre como funciona a Universidade.</p> <p>O bom de participar em conselhos também é isso. A gente aprende como funciona o outro lugar, outro órgão. Vou saber como funciona a UFT de verdade, por trás de tudo. Desde seus documentos até a prática do dia a dia.</p> <p>Também vale dizer que a gente não conhece direito os trâmites de lá, como funciona. Participar ajudaria nisso também. É a sociedade dentro do lugar. Afinal, é para a sociedade que a universidade trabalha. Nada mais certo do que a sociedade ter voz. Acho que ajudaria muito. As pessoas não participam porque não sabem o que dizer, não entendem do lugar, das normas. Por isso é importante conhecer sobre a UFT.</p>
--	---

Fonte: Elaborado com base nos depoimentos dos sujeitos REP01, REP02, REP03, REP05, REP06, REP08, REP09.

A categoria C “Conhecer a UFT” foi codificada por meio de duas ICs, equivalente a 13% das ICs da categoria, sendo a que obteve a presença de menos ICs relativas à questão proposta. Sete dos dez representantes abordaram questões sobre a possibilidade de ajudar a UFT e aprender sobre o funcionamento da Universidade.

O DSC criado por meio dessas ICs trouxe sobre a importância de se conhecer o órgão responsável pelo Conselho. Os representantes expuseram que seria fundamental conhecer a UFT para participar ativamente do Conselho Superior e ter a possibilidade de ajudar a Instituição.

O conhecimento sobre a instituição e seus trâmites se torna fundamental, segundo os representantes.

Quadro 9 Ideias Centrais e DSC relativos à Categoria D da Questão 2

<p>Pergunta: Qual sua opinião sobre a participação de entidades da sociedade civil no Conselho Universitário da UFT?</p> <p>Categoria/Representação Social: Preparo para participar das reuniões (D).</p>	
<p>Ideias Centrais</p>	<p>Discurso do Sujeito Coletivo</p>
<p>Capacidade para falar no Conselho.</p> <p>Preparo para se expressar.</p>	<p>A sociedade civil participar é muito bom, mas tem que ver certo a representação. Senão vai entrar e sair calado como em outras reuniões de conselho por aí que já vi. Para poder representar tem que ter preparo. Não pode ser qualquer pessoa. Senão não vai conseguir fazer esse debate. Tem que ser pessoa preparada para representar de verdade.</p>

Seleção de pessoa para participar do Conselho.	Seria bom participar do conselho universitário da UFT, mas uma coisa que me preocupa é se eu conseguiria falar lá no meio dos doutores... Será que eu daria conta de representar minha associação assim? Creio que lá todos devem ser bem formados, afinal resolvem questões sobre a universidade. Não adianta ir lá só para dizer que tá participando. Em conselhos a gente vê muitas pessoas despreparadas. Não pode ser assim. Tudo tem que ser bem analisado para que possa levar assuntos importantes que ajudem realmente a sociedade.
--	--

Fonte: Elaborado com base nos depoimentos dos sujeitos REP05, REP07, REP08.

A categoria D “Preparo para participar das reuniões” foi codificada por meio de três ICs, equivalente a 20% das ICs da categoria. Três dos dez representantes abordaram questões sobre a capacidade de oratória; o preparo que tem que ser feito para se expressar; bem como sobre a seleção da pessoa para participar do Conselho.

O DSC criado por meio dessas ICs trouxe sobre a importância de se estar bem preparado para participar das reuniões, desde a escolha da pessoa para participar, que o DSC traz que não pode ser qualquer pessoa, passando pelo preparo para se expressar de forma participativa no Conselho, além da importância de uma boa oratória para o propenso representante.

Considerações finais

A questão norteadora foi identificar quais seriam as representações sociais dessa sociedade civil quanto à participação no Conselho Superior da UFT. Os objetivos propostos permitiram conhecer como é essa participação no Consuni/UFT, bem como se identificaram algumas percepções, anseios, apreensões, necessidades e dificuldades sentidas pelos representantes da sociedade civil que participaram do estudo.

A fim de auxiliar no alcance desses objetivos, utilizou-se a técnica do DSC como suporte de análise às respostas colhidas. A técnica, baseada na TRS, tem o indivíduo como referência situado em seu meio, em um determinado contexto histórico de suas práticas cotidianas e sociais.

Este estudo pretendeu contribuir com informações sobre a percepção dos indivíduos quanto a participar nas decisões de uma instituição tão importante para o Estado do Tocantins, em especial para os municípios onde há câmpus-sede.

Como limitações à pesquisa, ressalta-se, de início, uma certa inibição por parte de alguns entrevistados em falar sobre a participação junto ao Conselho da UFT. Isso se justificou pelo fato de algumas entidades já manterem algum vínculo com a UFT por meio de convênios e acordos, o que gerou certa apreensão em alguns, mas que fora solucionada após as explicações sobre o sigilo. Com isso, viu-se o quão imponente a

instituição é perante algumas das entidades, sendo a imagem institucional enaltecida. Além disso, a distância entre os câmpus da instituição foi um agravante para se atingir *in loco* todas as entrevistas, de forma a conciliar com a agenda dos respondentes.

Por meio das representações identificadas, viu-se que a sociedade civil almeja tal participação, anseia por conhecer a UFT, expõe sobre a importância de se ter um bom nível para participar das reuniões. O universo investigado mostrou que participar por meio da propositura de demandas seria uma forma de ajudar não só a sociedade, mas também a gestão da UFT na tomada de decisões.

Além disso, por meio da experiência dos respondentes em participar, de uma forma geral, de Conselhos, foram expostos problemas enfrentados no funcionamento destes, como a falta de interesse e de preparo por parte de alguns participantes, além da inassiduidade que compromete a realização das reuniões.

Estima-se que este estudo seja um material de auxílio para se pensar em outros objetos de pesquisa sobre a participação junto a Conselhos Universitários, visto poucos trabalhos feitos em uma área de tão grande importância e complexidade, despertando o anseio de se buscar compreender e estudar sobre a participação voltada a nuances da gestão universitária e democrática.

Referências

- Abric, J. C. A. (1998). Abordagem estrutural das representações sociais. In Moreira, A. S., & Oliveira, D. C. (Orgs.), *Estudos interdisciplinares de representação social*. Goiânia: Editora AB.
- Barroso, J. (2005). O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. *Revista Educação e Sociedade*, 725-751.
<http://www.scielo.br/pdf/%0D/es/v26n92/v26n92a02.pdf>. Acesso em 18 de fevereiro de 2018.
- Brasil. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 292.
- Brasil. *Lei n. 9.393*, de 20 de dezembro de 1996. (1996). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB. Brasília, 1996.
- Brasil. *Universidade Federal do Tocantins*. Site Oficial. Institucional.
<https://docs.uft.edu.br/share/s/QXprXOUZRTSGliGRE6E3OQ>. Acesso em 20 de setembro de 2018.
- Brasil. *Universidade Federal do Tocantins*. Site Oficial. Institucional.
<https://ww2.uft.edu.br/index.php/consuni>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.
- Carvalho, R. F. de. (2013). Limites, possibilidades e desafios no processo de gestão e participação das IFES/UFT. *Avaliação* (Campinas; Sorocaba), 351-372.
- Chauí, M. (2003). A Universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro: Anped/Autores Associados, 24, 5-15.
- Chenow, R. (2006). Empreendedorismo na Educação Superior Americana. In Audy, Jorge Luis Nicolas; Morosini, Marília Costa (Org.). *Inovação e Empreendedorismo na Universidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS.

- Dourado, L. F. (2008). A escolha de dirigentes escolares: políticas e gestão da educação no Brasil. In Ferreira, N. S. C. (Org.). *Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios*. 6ª ed. São Paulo: Cortez.
- Franco, M. E., & Longhi, M. S. (2009). Expansão na Educação Superior e Universidades Comunitárias: políticas públicas Brasileiras e desafios para a gestão. *IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul*. Florianópolis. http://www.inpeau.ufsc.br/wp/wp-content/BD_documentos/coloquio9/IX-1163.pdf. Acesso em 2 de março de 2018.
- Franco, M. E., & Morosini, M. C. (Org.). (2011). *Qualidade da Educação Superior: dimensões e indicadores*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011. <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/qualidadedaeducacaosuperior4.pdf>. Acesso em 2 de março de 2018.
- Guareschi, P. A., Jovchelovitch, S. (orgs.). 2010. *Textos em representações sociais*, 11 ed., Vozes, Petrópolis, RJ, 328 pp.
- Jodelet, D. (2001). Representações Sociais: um domínio em expansão. In Jodelet, D. (org). *As Representações Sociais*, Eduerj, RJ, 17-44.
- Lefèvre, F., & Lefèvre, A. M. C. (2005). *O discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos)*. 2. ed. Caxias do Sul: EducS.
- Lefèvre, F., & Lefèvre, A. M. C. (2005). *Depoimentos e Discursos: uma proposta de análise em pesquisa social*. Brasília: Liber Livro Editora.
- Lefèvre, F., & Lefèvre, A. M. C. (2010). *Pesquisa de Representação Social*. Brasília: Liber Livro.
- Lefèvre, F., & Lefèvre, A. M. C. (2012). *Pesquisa de Representação Social: um enfoque qualiquantitativo*. 2 ed. Liber Livro, Brasília, 224 p.
- Mendonça, E. F. (2001). Estado patrimonial e gestão democrática do ensino público no Brasil. *Educação & Sociedade*, 84-108. <http://www.scielo.br/pdf/es/v22n75/22n75a07.pdf>. Acesso em 5 de março de 2018.
- Moscovici, S. (2011). *Representações Sociais: investigações em Psicologia social*, tradução de Pedrinho A. Guareschi, 9 ed., Vozes, Petrópolis, RJ, 408 p.
- Poz, M. E. D. (2003). Gestão universitária: insumos para uma discussão. In Eccos *Revista Científica UNINOVE*, São Paulo, 1(5), 115-130.
- Rosa, E. Z., & Andriani, A. G. P. (2002). Psicologia sócio-histórica: Uma tentativa de sistematização epistemológica e metodológica. In Kahhale. M. P. (Org.) *A diversidade da Psicologia: Uma construção teórica*. São Paulo: Cortez.
- Santos, B. S. (2007). *Renovar a Teoria Crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo.
- Santos, B. S. (2002). *Reinventar a Democracia*. 2. ed. Lisboa: Gradiva Publicações.
- Spink, M. J. P., & Medrado, B. (2013). Produção de sentido no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise de práticas discursivas. In Spink, M. J. (org.) *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano*, Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, RJ, 22-41.
- Spink, M. J. (2003). *Psicologia Social e Saúde: Práticas, saberes e sentidos*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- UFT. (2015). *Estatuto da Universidade Federal do Tocantins*. Palmas: UFT. www.uft.edu.br. Acesso em 5 de fevereiro de 2018.
- Vieira, E. (1992). *Democracia e Política Social*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, Coleção polêmicas do nosso tempo, 49, 9-14.

ABSTRACT:

This research aims to identify as social representations present in the speeches of representatives of civil society not tangent to the participation of such category in the University Council of the Federal University of Tocantins (UFT). An analysis of the data occurs through the Collective Subject Discourse method, constructed from the key expressions and their key ideas and anchors. From the analysis, representations emerged that participation in councils is an opportunity of proportionate demands that help society, as well as that many participants do not dedicate themselves, are not frequent at meetings, there was little preparation of some to participate and that there are councils that it doesn't always work in practice. Representations were identified about the importance of UFT and of being well prepared to participate in the meetings of the University Council, the opportunity to take society's guidelines to the University, to know UFT, as well as to assist in decision making.

KEYWORDS: Social Representation; Participation; Civil society; University Council.

RESUMEN:

Esta investigación tiene como objetivo identificar las representaciones sociales presentes en los discursos de representantes de la sociedad civil no tangentes a la participación de dicha categoría en el Consejo Universitario de la Universidad Federal de Tocantins (UFT). Un análisis de los datos ocurre a través del método del Discurso del Sujeto Colectivo, construido a partir de las expresiones clave y sus ideas clave y anclas. Del análisis surgieron representaciones de que la participación en los consejos es una oportunidad de demandas proporcionadas que ayudan a la sociedad, así como que muchos participantes no se dedican, no frecuentan las reuniones, hubo poca preparación de algunos para participar y que hay consejos que no siempre funciona en la práctica. Se identificaron representaciones sobre la importancia de la UFT y de estar bien preparados para participar en las reuniones del Consejo Universitario, la oportunidad de llevar los lineamientos de la sociedad a la Universidad, conocer la UFT, así como ayudar en la toma de decisiones.

PALABRAS CLAVE: Representación Social; Participación; Sociedad civil; Consejo Universitario.